



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RESOLUÇÃO N.º 239, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

Designa Ordenadores de Despesas para o exercício financeiro de 2020.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, de acordo com o disposto no artigo 234, inciso XXIV, da Lei n.º 7.356/80, e artigos 6º, inciso XXIV, e 9º, incisos XXX e XXXV, do Regimento Interno do TJM (DJE de 19/12/2000), tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI n.º 9.2020.0700.000169-4, em sessão administrativa de 06 de fevereiro de 2020, à unanimidade,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Ordenadores de Despesas para dotações orçamentárias alocadas nas seguintes Unidades Orçamentárias (UO):

I - Na UO **07.01 – Justiça Militar do Estado**, os seguintes projetos/atividades:

- a) 2071 – Vencimento Pessoal Ativo do TJM;
- b) 6219 – Manutenção das Atividades Jurisdicionais do TJM;
- c) 6767 – Treinamento Continuado de Pessoal;
- d) 8471 – Pagamentos de Auxílios a Pessoal Ativo – TJM;
- e) 6829 – Ampliação e melhorias no Prédio JME;
- f) 3902 - Manutenção de Atividades de Governança de TIC;
- g) 3903 – Promoção da saúde e Segurança no Ambiente de Trabalho – JME;
- h) 3904 – Gestão de Pessoas e Acessibilidade; e
- i) 3905 – Sustentabilidade Socioambiental.

II - Na UO **07.33 – Justiça Militar do Estado** - Encargos Gerais da TJM, os seguintes projetos/atividades:

- a) 2940 – Contribuição Patronal ao FAS/RS – IPÊ Saúde – Inativos e Pensionistas – JME;
- b) 6221 – Contribuição Patronal ao FAS/RS – IPÊ saúde – Ativos – JME;
- c) 6393 – Pagamento de Auxílio-Funeral – Ativos – JME;
- d) 6395 – Pagamento de Auxílio Funeral – Inativos – JME;
- e) 6531 – Outras Contribuições Patronais – TJM;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

- f) 6532 – Indenizações, Reembolsos e Restituições – TJM;
 - g) 8415 – Contribuição Patronal ao FUNDOPREV Civil – JME;
 - h) 8586 – Contribuição Patronal ao RPPS/RS – JME;
 - i) 8587 – Complementação Financeira ao RPPS/RS – JME;
 - j) 8607 – Contribuição do Patrocinador ao RPC/RS – JME; e
 - l) 8907 – Encargos com Inativos e Pensionistas da JME fora da UPD.
- III - Na UO **07.40 – Unidade Previdenciária Descentralizada – UPD – TJM**, os seguintes projetos/atividades:
- a) 8707 – Benefícios Previdenciários FUNDOPREV Civil - UPD – JME; e
 - b) 8807 – Benefícios Previdenciários RPPS/RS – UPD – JME.

Art. 2º Para o exercício financeiro de 2020, ficam designados como ordenadores de despesas das UO's constantes no art. 1º desta Resolução os seguintes membros:

I-Desembargador Militar FÁBIO DUARTE FERNANDES, ID 2099241, CPF 316.601.770-49, Desembargador Militar Presidente, (Período de 05/02/2020 a 31/12/2020);

II-Desembargador Militar ANTONIO CARLOS MACIEL RODRIGUES, ID 3310388, CPF 104.896.300-49, Desembargador Militar Vice-Presidente quando em substituição ao Presidente, (Período de 05/02/2020 a 31/12/2020);

III-Desembargador Militar SERGIO ANTONIO BERNI DE BRUM, ID 3358755, CPF 216.096.400-04, Desembargador Militar Corregedor-Geral da JME, quando em substituição ao Presidente e Vice-Presidente, (Período de 05/02/2020 a 31/12/2020);

IV-Bel. DIRNEI VIEIRA DE VIEIRA, ID 2026481, CPF 090.080.550-15, Diretor-Geral, (Período de 05/02/2020 a 31/12/2020);

V - Bela. MARGARETE SIMON, ID 3382290, CPF 120.849.050-87, Coordenadora Administrativa, quando em substituição ao Diretor-Geral, (Período de 05/02/2020 a 31/12/2020);

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Tribunal de Justiça Militar, em Porto Alegre, 06 de Fevereiro de 2020.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Fábio Duarte Fernandes
Desembargador Militar Presidente

Antonio Carlos Maciel Rodrigues
Desembargador Militar Vice-Presidente

Sergio Antonio Berni de Brum
Desembargador Militar Corregedor-Geral

Amilcar Fagundes Freitas Macedo
Desembargador Militar

Fernando Guerreiro de Lemos
Desembargador Militar

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Dirnei Vieira de Vieira
Diretor-Geral

Disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 6.679 de 07 de fevereiro de 2020, como se confere clicando [aqui](#)